

-----**ATA N.º 1/2014**-----

-----Aos 8 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** solicitou justificação da falta dada à reunião do dia 18/12/2013, por motivos profissionais. -----

-----**A Câmara deliberou justificar a falta.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11/12/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 32, da reunião ordinária do Executivo de 11/12/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18/12/2013-----

-----Foi presente a ata n.º 33, da reunião ordinária do Executivo de 18/12/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Manuel Portugal, por não terem comparecido à referida reunião.** -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Nos termos do n.º 2, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público. -----

-----O Senhor Luís Gonzaga começou por desejar um Bom Ano Pessoal e Político ao Executivo, para de seguida esclarecer que o assunto que o traz a esta reunião é do conhecimento da maioria, mas que ainda não foi resolvido. Referiu que a Câmara Municipal tem um compromisso consigo, que vem protelando no tempo, mais concretamente, desde 2000, que os diversos Executivos adiam a decisão.-----

-----Disse que em outubro de 2000 houve em Celorico da Beira fortes chuvas que afetaram as obras de saneamento efetuadas pela Câmara Municipal, provocando o desmoronamento do muro de vedação, bem como, os muros de suporte dos arretos, da Rua da Atafona.-----

-----A autarquia no ano de 2005 celebrou um acordo com os lesados comprometendo-se a efetuar as reparações dos danos causados. Situação que nunca foi concretizada e que se mantém até aos dias de hoje, impedindo o acesso do Senhor Luís Gonzaga ao seu prédio rústico, bem como, de todos os proprietários que usavam essa via de comunicação. -----

-----O Senhor Luís Gonzaga esclareceu ainda que, doou à autarquia a área de 1.390m², do seu prédio rústico, sito na Lavandeira, para que fosse feita a ligação entre a Rua do Picoto e a Rua do Matadouro (Rua da Atafona).-----

-----Frisou que efetivamente no acordo não ficou estipulado um prazo para executar a obra, mas o adiar sucessivo desta decisão tem trazido graves prejuízos para quem tem ali os seus terrenos.-----

-----Sensibilizou, uma vez mais o Executivo, para executar a obra e cumprir o acordo homologado entre as partes, pretendendo que seja especificada uma data para o início dos trabalhos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este é mais um assunto herdado por este Executivo que não é fácil de resolver, caso contrário já o teria concretizado. -----

-----Disse que iria marcar uma reunião com o Senhor Luís Gonzaga e com os Técnicos do Município, para estudar um acesso à propriedade, e analisar uma hipótese de edificação do muro, com custos controlados.-----

-----Tendo o Senhor Luís referido que a rua era dotada de infraestruturas de luz, água e saneamento, o Senhor Presidente colocou ainda a hipótese de se efetuar um alargamento da rua para um eventual loteamento.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que este assunto era um “filme já visto”. Disse que o acordo é muito claro e que a razão está indiscutivelmente do lado do Senhor Luís Gonzaga, que espera há anos uma resolução para este problema. Disse ainda que, se o município quer resolver o assunto, que encete uma ação judicial contra a autarquia, por não cumprimento do acordo e ganhará com toda a certeza, caso contrário, continuará tudo na mesma.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que lamenta que passados 13 anos este assunto ainda não esteja resolvido. Referiu que

desconhece os dividendos que o município poderia ter tirado daquele terreno, uma vez que está impedido de aceder ao mesmo, de outra forma, que não seja pedonal. E, hoje em dia é incompreensível que ainda haja caminhos de acesso exclusivamente pedonal. -----

-----Disse que, a solução, da construção de uma estrada, apresentada pelo Senhor Presidente, com um eventual alargamento do perímetro urbano, poderá ser uma solução. No entanto, apela que de facto se resolva este assunto com a maior brevidade possível.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que quando se assume um cargo político, herda-se o bom e o mau. Mas a realidade é que há assuntos que veem do passado e que ainda não conseguiram resolver, dada a sua complexidade e fracos recursos financeiros da autarquia. Efetivamente este é um deles. Não se trata somente de reconstruir um muro, trata-se de uma estrutura de suporte muito complexa porque tem uma altura considerável. -----

-----Disse que a autarquia tem consciência da existência do acordo firmado com o município e se de facto, tal como disse o Senhor Presidente, este assunto tivesse uma resolução fácil já estaria solucionado. Considera que podem resolver o assunto através da reunião que o Senhor Presidente propôs e caso não se chegue a nenhuma conclusão, o Senhor Luís Gonzaga poderá sempre seguir os passos sugeridos pelo Senhor Vereador Victor Santos e colocar a autarquia em Tribunal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que iriam tentar resolver o assunto, se houver a possibilidade de entrada no terreno e tecnicamente for exequível, poderá avançar-se para uma solução. Pese embora, considere que esta obra deveria ter sido feita logo em 2001 ou 2002, quando os factos aconteceram.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** alertou para o facto de existirem situações de risco para quem transita na EN16, entre Vila Boa do Mondego e Fornos de Algodres, alertando para a necessidade de, à imagem do que foi feito noutros sítios, colocarem sinalização ou bandas de desaceleração. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que essas situações já foram sinalizadas pela autarquia e essas bandas irão ser colocadas, a médio e longo prazo, através do levantamento do tapete betuminoso, uma vez que a grande maioria das que foram colocadas pelo concelho foram arrancadas, representando um prejuízo quer para a autarquia, quer para os municípios. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou o Senhor Presidente se a obra que está ser feita na estrada que liga a rotunda da cova da areia à Ratoeira, não poderia ser feita por fases, dado que está a causar graves transtornos de circulação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que esta obra foi objeto de uma candidatura, que tinha de ser iniciada e de facto coincidiu com uma altura do inverno especialmente rigorosa, o que está a causar dificuldades de circulação. Disse que a autarquia já contactou o empreiteiro para começar a compactar o terreno, para que a circulação se faça com menor dificuldade. Informou ainda, que os técnicos do município estudaram alternativas de circulação, que se revelaram pouco razoáveis. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que concorda que a obra tivesse que ser iniciada, mas não deveriam ter feito logo toda a extensão, deveriam fazer troços mais pequenos de forma a permitir a circulação. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que houve um assunto que foi falado na última reunião, sobre o qual pretendia fazer alguns esclarecimentos. O assunto diz respeito ao encerramento da escola de Casas de Soeiro e em primeiro lugar esclareceu que não recebeu qualquer chamada do Senhor Diretor do Agrupamento, quando evocou a urgência em contactá-lo em 12 horas para tomar uma decisão. -----

-----Reiterou que a posição da autarquia no que concerne ao encerramento das escolas é conhecida de todos, são manifestamente contra, a não ser que não tenham alunos, caso de Ratoeira, tudo o resto, consideram que são postos de trabalho e dinâmica das freguesias que pretendem preservar. -----

-----Nesta sequência, afirmou a sua perplexidade quando foi informado oficialmente pelo Agrupamento que a escola de Casas de Soeiro iria encerrar, por imposição da DREC, sem ter havido qualquer discussão entre os parceiros.-----

-----Depois de ter contactado a DREC foi-lhe comunicado que não tinham apresentado qualquer proposta nesse sentido. Perante esta resposta contactou novamente o Agrupamento, na pessoa da Professora Inês, para que aferissem junto da DREC e posteriormente comunicasse à autarquia. Desde Setembro que está à espera da resposta da Professora Inês. - -----

-----Na sequência deste processo, referiu que foi recebido na autarquia um ofício endereçado pela Delegada Regional de Educação do Centro, que se anexa à presente ata, em pasta própria, com o seguinte teor: -----

-----“Assunto: Rede Escolar - Escola Básica de Casas de Soeiro, Celorico da Beira (escola extinta com autorização excecional de funcionamento).-----

-----O estabelecimento de ensino referido em epígrafe foi extinto no âmbito do processo de requalificação da rede do 1.º ciclo do ensino básico, no ano de 2008/2009, funcionando desde essa data com autorização excecional de funcionamento. -----

-----Também para o corrente ano escolar, por despacho de 29/7/2013, do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, foi autorizado o respetivo funcionamento. Porém no decurso da análise da rede validada verificámos que a turma que corresponderia à Escola Básica de Casas de Soeiro não havia sido inserida na plataforma eletrónica de recolha de dados da escola acolhimento (Celorico da Beira). -----

-----A este propósito e questionado o Diretor do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira fomos informados de que “... se encontra encerrada, no ano letivo de 2013/2014, por motivo de não se encontrar qualquer aluno ali matriculado.”-----

-----Assim, considerando a inexistência de alunos matriculados e tratando-se de uma escola já extinta, informamos V.Ex.^a que, o seu funcionamento a título excecional deixa de ser considerado a partir do corrente ano escolar.”-----

-----Reitera que a escola de Casas de Soeiro tinha pelo menos quatro alunos matriculados. Condena o facto de a Câmara Municipal não ter sido ouvida neste processo, dado que estas duas instituições sempre trabalharam em conjunto, em prol dos alunos, bem como considera inadmissível a postura da Senhora Professora Inês relativamente ao pedido de esclarecimento da autarquia. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que assumia tudo o que tinha dito na anterior reunião de Câmara, de facto estavam matriculados dois alunos, sendo que um terceiro estava já a frequentar o ATL de Santa Luzia. Referiu que sensibilizou os pais para matricularem os filhos na escola de Casas de Soeiro, assim como faz para todas as outras escolas, mas efetivamente a legislação permite que sejam

matriculados fora da sua área de residência e o Agrupamento nada pode fazer. -----

-----Disse que no dia 29/7/2013, último dia para inserir as escolas na plataforma, a escola de Casas de Soeiro constava da mesma. No dia 7/8, a plataforma já estava encerrada e recebeu um telefonema do Ministério da Educação a informar que a mesma iria ser aberta excecionalmente, para excluir uma turma ou Santa Maria ou São Pedro porque o número de alunos inscritos não permitia a constituição de uma turma. Perante esta situação, a única alternativa era não inscrever a escola de Casas de Soeiro, porque efetivamente não tinha alunos suficientes, nunca as escolas de Santa Luzia ou São Pedro.-----

-----Disse que se houvesse boa vontade em manter a escola aberta, os pais deveriam matricular os seus filhos na escola de Casas de Soeiro. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que da parte da autarquia esse apelo aos pais sempre foi feito, procurando sensibilizar para que as crianças fiquem nas suas áreas de residência.-----

-----Disse que o leu um ofício que veio do Ministério da Educação, não criticou o Senhor Diretor, até porque este assunto é entre instituições.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que irá reunir com a EDP, os técnicos do Município e a Associação dos Municípios da Cova da Beira, para analisar e estudar os consumos de eletricidade, de forma a racionalizar os mesmos, uma vez que o Município tem uma candidatura nessa área.-----

-----Deu ainda conhecimento que, também na sequência da questão colocada pelo Senhor Vereador Manuel Portugal, na última reunião de Câmara, relativamente à renda do Bar do Jardim, bem como quem suportava os consumos de luz e água, solicitou que fosse feito um levantamento da situação para posterior análise com o proprietário.-----

-----Por último, deu ainda conhecimento do ponto de situação das candidaturas, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: 1.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2014**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3, de 3/1/2014, da Secção de Contabilidade, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, dando conhecimento de que a 1.ª alteração ao orçamento e GOP's do ano 2014, tem como objetivo prever no orçamento de 2014 a receita dos empréstimos a contrair no âmbito do PAEL e plano de reequilíbrio financeiro, por contrapartida da dívida por pagar e que totaliza o montante de 23.803.591,43€.-----

-----Mais informa que este aumento permite que a dívida cabimentada em 2013 transite para 2014, no entanto é possível que aquando da transição da dívida total haja algumas rubricas que necessitem de algum reforço, em detrimento de outras, podendo eventualmente ser necessária outra alteração orçamental, para que se possa registar a totalidade da dívida.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação sobre o assunto frisando que esta alteração deve-se essencialmente ao facto de prever no orçamento de 2014 a receita dos empréstimos do PAEL e reequilíbrio e registar a dívida que transitou de 2013.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que se no orçamento não entrou a dívida, o que é que motivou esta alteração, questionando se o

PAEL e o reequilíbrio já tinham sido aprovados, ao qual o Senhor Presidente respondeu negativamente. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Manuel Portugal e Victor Santos, aprovar a 1.ª alteração ao orçamento e GOP's de 2014.**-----

-----**2. SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO MUSICAL - CAFÉ CHAFARIZ BAR**-----

-----Foi presente informação interna n.º 103, de 20/12/2013, da Secção de Taxas e Licenças, dando conhecimento de um pedido de alargamento de horário para realização de um evento musical, no Café Chafariz Bar, no dia 21/12/2013, das 22:00h às 4:00h, que não foi concedido pela autarquia, por não cumprir os requisitos exigidos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que este assunto foi enviado para reunião de Câmara, porque os Senhores Vereadores tinham solicitado que o regulamento fosse alterado e assim ficavam em posse dos documentos que instruem o processo e desta forma poderão analisar o assunto e apresentar eventuais contributos para alteração ao regulamento.-

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** saiu da reunião, porque tinha um compromisso agendado, ficando a presidir o **Senhor Vice-Presidente.**-----

-----**3. SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA A COLOCAR NO EVENTO "FEIRA DO ARTESANATO" – RATIFICAÇÃO**---

-----Foi presente informação interna n.º 4224, de 13/12/2013, da Secção de Planeamento e Desenvolvimento Urbano, dando conhecimento que há a necessidade de se cortar o trânsito na Praça da República, entre os dias 18 e 27, para a realização da Feira de Artesanato, apresentando para o efeito a sinalização temporária a colocar. -----

-----Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara proferiu o seguinte despacho: “Deferido. Remeta-se à reunião de Executivo para ratificar”. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Manuel Portugal e Victor Santos, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.** -----

-----**4. SECÇÃO DE AGRICULTURA, FLORESTAS E ESPAÇOS VERDES** -----

-----**ASSUNTO: CONVITE PARA ADERIR À REFCAST - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA CASTANHA**-----

-----Sobre o assunto, foi presente informação interna n.º 4084, da Secção de Agricultura, Florestas e Espaços Verdes, dando conhecimento de que a Associação Portuguesa da Castanha (REFCAST), endereçou um convite ao Município de Celorico da Beira, para integrarem a referida Associação, como sócios patronos.-----

-----Informa que, uma vez que, esta é uma área em que a autarquia tem vindo a apostar, nomeadamente através da realização anual da Feira da Castanha, bem como na apresentação de candidaturas ao PRODOR, este poderá ser mais um passo na consolidação da estratégia de valorização dos produtos locais. -----

-----Informa ainda que a quota a pagar será de 480€/ano e é da opinião que o Município deve aderir.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que atendendo ao facto de esta Associação estar ligada a um produto endógeno do concelho e tendo a autarquia o propósito de dinamizar e divulgar estes produtos, considera importante socorrerem-se deste *know how* para, por exemplo, dinamizar e transformar a Feira da Castanha, em Prados num evento de outra dimensão. -----

-----Esclareceu ainda que, segundo os estatutos, os associados podem a qualquer momento abandonar a Associação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que face à situação financeira da autarquia e à relevância que a castanha tem no concelho, coloca sérias dúvidas quanto aos benefícios que se possam tirar da adesão a esta Associação, sediada em Trás dos Montes, bem como o impacto real que venha a ter nos produtores do concelho. -----

-----É da opinião que o Município deve cortar no que é desnecessário, independentemente do custo. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que iria votar a favor e espera que este propósito venha a surtir efeito e que não sejamos um parente pobre, colocando algumas dúvidas até que ponto a vinda de uma Associação de Trás dos Montes trará benefícios para o concelho. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, associar-se à REFCAST, como sócio patrono, pagando uma quota anual de 480€.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:20h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----

